



A ontologia performativa de Fichte

Fichte's performative ontology

Alessandro Bertinetto*

Università di Udine, Udine, Itália

Resumo

Que contribuição a filosofia de Fichte pode dar à ontologia? Fichte posicionou-se claramente contra a ontologia enquanto descrição dos entes, isto é, contra a ontologia descritiva. A doutrina da ciência desenvolve pois uma ontologia prescritiva que pode ser entendida como um tipo de “ontologia performativa”.

Palavras-chave: Ontologia. Ontologia performativa. Metafísica.

Abstract

Which is the ontological import of Fichte's philosophy? Fichte argues explicitly against ontology as description of entities, i.e. against descriptive ontology. The doctrine of science elaborates a prescriptive ontology that can be understood as a kind of “performative ontology”.

Keywords: *Ontology. Performative ontology. Methaphysics.*

* AB: Doutor, e-mail: alessandro.bertinetto@uniud.it

Introdução

Os filósofos contemporâneos determinam o conceito de “ontologia” em relação ao de “metafísica”. Para discutir a questão da ontologia em Fichte, também eu abordo brevemente o conceito de metafísica em Fichte. Em seguida, explicarei em que sentido é possível compreender a ontologia de Fichte como uma ontologia performativa. Fichte é bastante crítico em relação ao conceito de “ontologia”, entendido várias vezes como “doutrina das coisas”. Ele esclarece que a doutrina da ciência “não é doutrina do ser” ou “doutrina das coisas”. Portanto, a metafísica crítica é contraposta à ontologia como doutrina descritiva de coisas, do mesmo modo como a filosofia transcendental é contraposta ao dogmatismo. Metafísica crítica e ontologia performativa expressam, em Fichte, a mesma posição transcendental: o ser, ou o que aparece como ser, deve ser compreendido antes como esforço, como tornar-se e, assim dirá Fichte a partir de 1800, como *vida*. O que é dado não é (em si), mas para e por nós (i.e., pela vida). Assim, a ontologia de Fichte deve ser compreendida primeiramente como uma ontologia performativa, visto que ela não assume qualquer coisa-em-si, mas apenas coisas construídas e postas pelo Eu, ou seja, entes construídos – e visto também que o Eu deve ser compreendido como performance genética (i.e., como *Tathandlung*¹) que se desenvolve praticamente enquanto esforço, imagem, ou ainda, como fenômeno da vida e como vida.

Ontologia e metafísica hoje

Seguindo a tradição de Aristóteles, o filósofo analítico italiano Achille Varzi, atuante nos EUA, distingue entre metafísica e ontologia da seguinte forma: a ontologia pergunta sobre o que há, ou seja, sobre

¹ Tradicionalmente, adota-se a tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho para *Tathandlung* como *estado-de-ação* (cf. FICHTE, J. G. *A doutrina-da-ciência de 1794 e outros escritos*. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 43). Joãozinho Beckenkamp traduziu alternativamente por *ato* (cf. BECKENKAMP, J. *Entre Kant e Hegel*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 100). No que segue, optou-se por manter o termo no original, visto que o mesmo é assim correntemente utilizado pelos pesquisadores de Fichte em diversas línguas (N. do T.).

quais objetos existem no mundo e quais afirmações universais a respeito desses objetos são verdadeiras. Já, enquanto investigação sobre a natureza última das coisas, a metafísica coloca as seguintes questões: o que é isto que existe? O que é o ente? Qual seu significado? (VARZI, 2008). Segundo Varzi, a ontologia seria assim um *prefácio à metafísica*. Depois de estabelecido por uma inspeção ontológica que há certas coisas, a metafísica pergunta sobre o que sejam essas mesmas coisas ou entes.

Essa inspeção da constituição do mundo é de natureza descritiva. Responde-se à questão “o que existe?” ao preparar e organizar uma lista de “coisas” ou objetos. Sobre isso, escreve Poli (2003):

Podemos começar organizando esta lista de objetos dizendo que há *itens independentes*, que podem ser *reais* (montanhas, flores, animais e mesas) ou *ideais* (conjuntos, proposições, valores), e *itens dependentes*, que também podem ser *reais* (cores, beijos, apertos de mão e tombos) ou *ideais* (propriedades e relações formais) [...] A ontologia descritiva diz respeito à coleção de tais informações *prima facie*, tanto em algum domínio específico de análise quanto em geral. [...] A ontologia formal destila, filtra, codifica e organiza os resultados da ontologia descritiva (POLI, 2003, p. 184-185).

Em outras palavras: a ontologia descritiva organiza o mundo ao descrevê-lo. A ontologia formal é uma ferramenta da ontologia descritiva, que trabalha com categorias como “*coisa, processo, matéria, todo, parte e número*” (POLI, 2003, p. 185) para classificar o mundo mais precisamente e de modo sistemático. Edmund Husserl esquematizou essa ontologia formal nas *Investigações Lógicas (Logische Untersuchungen)*, e fenomenólogos como Hartmann, Scheler, Ingarden, Reinach, Stein e Plessner desenvolveram-na mediante aplicações em diferentes domínios (natureza, sociedade, ética, arte, direito etc.). A tradição analítica contribuiu muito para isso nas últimas décadas. Mas, enquanto no princípio husserliano e fenomenológico a questão pela constituição genética desempenhou um papel fundamental, “a ontologia formal trata o objeto como algo que existe, que já foi constituído e que está de algum modo dado. Ela própria não se ocupa com o processo (fenomenológico ou metafísico) no qual o objeto é constituído, tampouco com

seus modos de ser dado (datità) ao sujeito” (Ibidem, p. 189). Questões metafísicas e problemas de fundamentação já não são mais considerados pela ontologia descritiva formal.

Normalmente, a ontologia descritiva é contraposta à ontologia *prescritiva* (cf. VARZI, 2008; STRAWSON, 1959; GAIO et. al., 2010).

A ontologia *descritiva* retoma os pressupostos ontológicos do senso comum. Ela estuda a realidade apenas com base em sua representação comum (cf. VARZI, 2008). Sem problematizar, ela acolhe p. ex. a distinção entre coisas e acontecimentos. Já ontologias *prescritivas* afirmam que as opiniões do senso comum, caso contradigam teorias científicas, devem ser revistas para que possam concordar com a imagem científica do mundo. Desse modo, a tarefa da ontologia consiste então em esclarecer aquilo que precisa existir para que uma teoria (filosófica) seja reconhecida como verdadeira (cf. VARZI, 2008).

A contribuição de Fichte à ontologia

Aceitando-se, ao menos provisoriamente, essa articulação esquemática (esboçada de modo bem elementar) da ontologia contemporânea, surge então a seguinte questão: que contribuição a filosofia de Fichte pode dar à ontologia, ou seja, que contribuição ontológica a filosofia de Fichte ofereceu? Defenderei a tese de que *a doutrina da ciência de Fichte desenvolve uma ontologia prescritiva que pode ser entendida como um tipo de “ontologia performativa”*. Fichte posicionou-se claramente contra a ontologia enquanto descrição dos entes, isto é, contra a ontologia descritiva. Contudo, seu programa filosófico é ontologicamente bem intencional.

Vimos que os filósofos determinam o conceito de “ontologia” em relação ao conceito de “metafísica”. Para discutir a questão da ontologia em Fichte, também eu abordo brevemente o conceito de metafísica em Fichte. Em seguida, explicarei em que sentido é possível compreender a ontologia de Fichte como uma ontologia performativa.

O conceito fichteano de metafísica

A questão a ser primeiramente respondida é, pois, a seguinte: como Fichte pensa a relação entre metafísica e ontologia? No prefácio à segunda edição de *Sobre o conceito da doutrina da ciência* (FICHTE, 1962, I/2, p. 159), Fichte distingue entre “metafísica dogmática” e “metafísica crítica”. A metafísica explica a constituição epistêmica do entendimento natural. Crítica é a busca pelas condições de possibilidade da metafísica. A metafísica dogmática é aquela metafísica ainda não elucidada pela crítica, e que segue fazendo um uso transcendente do entendimento (cf. FICHTE, 1962, I/9, p. 188). O intelecto é aqui aplicado fora do âmbito da experiência possível, somente dentro do qual ele tem competência. Já uma metafísica elucidada pela crítica, ou seja, uma metafísica crítica, é filosofia transcendental. Aqui, o intelecto trabalha no âmbito da experiência, buscando leis de modo reflexivo.

Nas lições de Iena sobre “Lógica e Metafísica” (FICHTE, 1962), Fichte escreve a esse respeito:

Metafísica e filosofia são a mesma coisa [...]. Filosofia é o sistema da experiência. Investigação metafísica sobre o fundamento da experiência. Como a experiência é possível? A questão é respondida de modo transcendente quando se toma o fundamento da experiência por uma coisa-em-si; de modo transcendental quando se procura os fundamentos de nosso pensamento acerca de um mundo na razão, no Eu. Kant nega a possibilidade da metafísica, caso se a considere de modo transcendente (FICHTE, 1962, IV/1, p. 363).

Tomada no sentido acima indicado de “metafísica transcendental”, a palavra “metafísica” não é nada mais do que o conceito grego traduzido para o alemão como “suprassensível” (*das Übersinnliche*), cuja expressão latina correspondente é o “a priori” (como escreverá Fichte em *Traços fundamentais da época contemporânea*: cf. FICHTE, 1962, I/8, p. 387). A filosofia é metafísica porque se eleva acima da experiência e estipula suas leis (cf. FICHTE, 1962, IV/1, p. 184). Portanto, a metafísica é em Fichte quase que etimologicamente determinada como aquilo que “está além da experiência” (FICHTE, 1962, II/9, p. 154), ou

seja, além da empiria: metafísica é a reflexão sobre a experiência da consciência empírica. Precisamente nesse sentido, a doutrina da ciência em *Institutiones omnis philosophiae*, de 1805, é determinada como “a metafísica que surge do uso da crítica e segundo as leis da crítica” (FICHTE, 1962, II/9, p. 155)².

Como tal, ela é também equiparada à ontologia, no sentido de que metafísica é a investigação da implicação da essência, do *ontos on* ou da “realidade verdadeira” no fenômeno (FICHTE, 1962, II/9, p. 155).

A crítica fichteana do conceito de “coisa-em-si”

Porém, deve-se proceder com cuidado em relação a isso. De fato, Fichte é bastante crítico em relação ao conceito de “ontologia”, entendido várias vezes como “doutrina das coisas”. A doutrina da ciência “não é doutrina do ser” (FICHTE, 1971, X, p. 1) ou “doutrina das coisas” (FICHTE, 1962, II/9, p. 50) — assim esclarece Fichte, p. ex., na *Doutrina da Ciência* de 1813 e na *Lógica-1*, ao se reportar especialmente às posições de Espinosa e de Schelling.

Esse é um ponto muito importante. Fichte afirmará repetidamente o caráter contraditório do conceito de “coisa-em-si”³. A ideia de que existam “coisas-em-si” é uma “*protestatio facto contraria*”, como ele escreve na primeira *Lógica Transcendental*, isto é, como diríamos hoje, uma “contradição performativa”. De fato, quando se afirma a existência de uma “coisa-em-si”, aponta-se para sua não-existência. Se a coisa deve ser em si, ela precisa sê-lo sem quaisquer determinações epistêmicas, inclusive a suposta simples confirmação de sua existência, pois essa simples afirmação pressupõe igualmente um saber sobre a coisa. O saber pressuposto na confirmação da existência da “coisa-em-si” pressupõe “uma modificação (da) consciência” daquele que afirma a “coisa-em-si”. O que se denomina “coisa-em-si”

² Cf. Bertinetto (2001, p. 57-72) e Bertinetto (2009a).

³ Cf. Bertinetto (2001, p. 178-188).

já é também um objeto, cuja constituição enquanto objeto permanece desconhecida para a consciência empírica. Mas a filosofia transcendental precisa explicar a consciência empírica, deduzir suas condições de possibilidade. Em vez disso, a absolutização dogmática do ponto de vista da consciência empírica, presente tanto na metafísica dogmática como também na lógica formal, não explica a consciência empírica: ao contrário, ela comete o erro de fazer passar aparência por ser.

Dito de modo sucinto, o conceito de “coisa-em-si” é contraditório porque, caso se tenha consciência dele, a coisa não é em si, e caso não se tenha consciência, não é sequer possível falar a respeito dela⁴:

'Quem' afirma: é isto, é a coisa, afirma algo diferente de sua consciência, e ele jamais pode dizer algo diferente. Pode ele dizer sem consciência, uma vez que o afirmado está no 'dizer' [] e tem ele a coisa em seu dizer sem consciência? 'Se' o abordássemos com a questão: de onde tu sabes isto? Pode ele refutá-la? Ele pode respondê-la: eu simplesmente sei, vejo, ouço, reportando-se a uma modificação qualquer de sua consciência. — . Portanto, o objeto absolutamente imediato da consciência de cada um é precisamente sua própria consciência, de modo algum outra coisa: tenho consciência de uma coisa [] isso cada um pode saber; fora isto, certamente nada. Mas que haja uma coisa, <da qual> eu, neste dizer que seja, nada sei, que eu nem sequer pense — é uma completa contradição. Isto ninguém pode saber, pois destrói expressamente qualquer saber. A conjectura do idealismo da doutrina da ciência é, por isso, que ninguém deveria dizer, i.e., pretender saber o que ele não poderia saber, segundo sua própria afirmação: onde ele, por isso, deveria sucumbir em uma contradição grosseira. Dizer, i.e., pretender saber que existam coisas-em-si (ou seja, em nenhum saber possível, []) é uma tal contradição. Elas não estão em nenhum saber possível: <mas> eu ouço que elas estão no teu. *Protestatio facto contraria*. [que elas] <dirigidas ao falante se expressem, e > de modo tão convincente.

⁴ Cf. Fichte (1962, II/14, p. 34). Cf. Lauth (1984, p. 33): “Não se pode estipular um não-Eu como coisa-em-si (completamente irrepresentável) sem que ela seja igualmente *estipulada*, mas com isso contradir-se-ia o seu em-si”.

A recusa fichteana da ontologia descritiva

Fichte recusa peremptoriamente a ontologia descritiva como não filosófica. É possível certamente descrever os fenômenos (e as coisas) a posteriori. Mas isso não é uma operação filosófica. Em diferentes níveis da reflexão filosófica da doutrina da ciência, Fichte argumenta contra a ideia de que a filosofia possa ser descritiva — p. ex., de modo primoroso na dialética entre idealismo e realismo da *Doutrina da Ciência* de 1804, na 2ª Conferência, mas também em todas as apresentações da doutrina da ciência. Descrição significa objetivação, reificação, mera filosofia formal. Entretanto, a filosofia é antes disso uma operação autor-reflexiva e genética. De fato, grande parte da dificuldade da doutrina da ciência consiste em considerá-la não como objeto, mas como operação genética. Os problemas da escrita filosófica, sobre os quais Fichte reconhecidamente também reflete, são além disso eles mesmos uma expressão da reflexão sobre a carência lógico-transcendental de uma exposição do pensamento filosófico que não descreva o pensamento (e, naturalmente, também o mundo), visto que ela própria é um pensamento reflexivo e genético-transcendental. Ainda pertencem a essa constelação problemática a tematização da questão sobre a possibilidade de uma introdução à filosofia, bem como a mesma ideia da doutrina da ciência enquanto doutrina da imagem⁵.

Portanto, a metafísica crítica é contraposta à ontologia enquanto doutrina descritiva de coisas, do mesmo modo como a filosofia transcendental (ou seja, o pensamento reflexivo) é contraposto ao dogmatismo (como deter-se acriticamente a opiniões e dogmas).

A ontologia performativa de Fichte

Fichte equipara a metafísica transcendental da doutrina da ciência, enquanto reflexão sobre a experiência, à ontologia entendida como ontologia fundamental epistemológica e transcendental, que se reflete

⁵ Sobre isso, cf. Bertinetto (2010); Bertinetto (2012); Bertinetto (2013).

precisamente como doutrina da ciência, i.e., como programa filosófico genético e reflexivo. Se essa ontologia não é uma ontologia descritiva, pode-se caracterizá-la como ontologia *prescritiva*. Mas, para isso, é necessário logo precisar que ela é uma ontologia *performativa*.

A metafísica crítico-transcendental já é compreendida propriamente como performativa.

No que se refere à metafísica coerente com a filosofia transcendental no sentido acima exposto, pode-se remeter à parte prática da *Fundação de toda a doutrina da ciência*. Como se sabe, nela assim escreve Fichte (1962)

Mas caso [...] a doutrina da ciência devesse conter uma metafísica como pretensa ciência das coisas em si, e uma tal fosse por ela fomentada, então ela precisaria se fundar em sua parte prática. Somente esta fala (...) de uma realidade originária; e se a doutrina da ciência devesse ser questionada sobre como então as coisas em si são constituídas, então ela não poderia responder de outro modo a não ser dizendo: assim, como nós devemos fazê-las (...). Nós sabemos que (...) jamais podemos falar da existência de um objeto sem sujeito (FICHTE 1962, I/2, p. 416).

É claro. Como dito, a “coisa-em-si” é um conceito contraditório. A coisa já é desde o início produto da construção prática em um sujeito, significando construção, aqui, a organização do espaço de percepção, pensamento e ação que cria a possibilidade de algo como essa coisa determinada. Caso se queira, para isso, procurar uma afinidade teórica com a pesquisa filosófica contemporânea, poder-se-ia pensar na crítica ao “mito do dado” de Wilfrid Sellars (cf. SELLARS, 1991).

Na denominada *Doutrina do Estado* (FICHTE, 1962), da fase tardia da atividade filosófica de Fichte, pode-se encontrar uma passagem onde uma tal crítica é claramente formulada e exposta:

Há verdade em nosso conhecimento? Sim, certamente não no daquilo que está aí, mas no do que deve *eternamente tornar-se* aí através de nós, de nossa liberdade; tornar-se puramente a partir do espírito, criado e apresentado no dado que só está aí para isso. Esta – não apenas falar, mas crer em tudo que é sério, viver para isso (...) – é a perspectiva da

doutrina da ciência (...). O que é não é o que aparece para nós como estando aí, nem sequer aquilo que todos nós, os mais nobres e melhores dentre nós, *somos*, mas aquilo pelo qual nos esforçamos e nos esforçaremos na eternidade. – Aquilo que te tornaste é apenas o degrau, a condição para o momento: tão logo repouses e presumas ser, caís no nada. (FICHTE, 1962, II/16, p. 28)

Segundo a doutrina da ciência, conforme comentou Furlani (2014), o que está aí não é. Para a doutrina da ciência, só é o que é aquilo pelo qual nos esforçamos livremente, ou seja, na linguagem da *Grundlage*⁶: as coisas não são em si, mas precisamente “como nós devemos fazê-las”.

Relaciona-se a isso claramente o fato de metafísica crítica e ontologia performativa, em Fichte, expressarem propriamente a mesma posição transcendental: o ser, ou seja, o que aparece como ser, deve ser compreendido antes (em sentido prescritivo) enquanto esforço, tornar-se e, como dirá Fichte a partir de 1800, como *vida*. O que é dado não é (em si), mas para e por nós (i.e., pela vida). Assim, a ontologia de Fichte deve ser compreendida primeiramente como uma ontologia performativa, visto que ela não assume qualquer coisa-em-si, mas apenas coisas construídas e postas pelo Eu, ou seja, entes construídos e visto também que o Eu deve ser compreendido como performance genética (i.e., como *Tathandlung*) que se desenvolve praticamente enquanto esforço, imagem, ou ainda, como fenômeno da vida e como vida.

A fundamentação epistemológica da ontologia performativa

Fichte fundamenta essa crítica ao dado (que deve ser entendido antes como posto ou formado) e o caráter performativo da ontologia da doutrina da ciência em um nível filosófico-transcendental, e o faz através de uma fundamentação epistemológica autorreflexiva. A metafísica crítica e transcendental, ou ontologia da doutrina da ciência, é entendida como a operação da autorreflexão, a qual pode fundamentar

⁶ *Grundlage* é a *Fundação de toda a doutrina da ciência*, de 1794 (N. do T.).

a gênese da condição de possibilidade transcendental da realidade. Ivaldo (2014) escreveu corretamente o seguinte sobre isso:

Por conseguinte, na perspectiva transcendental, a ontologia, isto é, o discurso sobre o que é, deve ser realizada sempre por meio da compreensão do saber do que é e como resultado concomitante dessa compreensão epistemológica, ou seja, mediante a reconstrução reflexiva dos atos intencionais que configuram o nosso saber do que é ou deve ser (IVALDO, 2014, p. 671).

A fundamentação da crítica ao dado e da compreensão genética da realidade (do que se tornou e deve ser ou deve se tornar) nos atos do saber/ver deve ser autorreflexiva, de modo que o “fazer” filosófico e o “dizer” filosófico não se contradigam. Em outras palavras: o pensar/ver deve ele próprio não ser reificado ou objetificado. O pensamento não é uma coisa. Também os conceitos filosóficos precisam sempre ser refletidos como imagens ou *atos* imagéticos.

Filosofia como performance autorreflexiva

A letra da expressão do pensamento é sempre um fato que, como tal, precisa ser gerado. Daí a filosofia ser uma performance constante que não se exaure em descrições. De outro modo, aquilo que é dito não corresponderia ao que se faz. Nesse sentido, a forma e a letra do pensamento são sempre renovadas a posteriori a partir das circunstâncias fatuais não dedutíveis, que constituem a circunstância fática do pensamento transcendental. Essa dialética entre espírito e letra, gênese e fato, imaginação e imagem é uma dialética performativa.

Que essa dialética seja performativa, significa o seguinte: de acordo com a filosofia transcendental da doutrina da ciência, o pensar (ou o ver) deve ser entendido como agir, ou seja, como operação, ou melhor, como série de operações que devem ser empreendidas. Para ser corretamente compreendida, cada afirmação da doutrina da ciência não deve ser apresentada como descrição de fatos. Cada afirmação da

doutrina da ciência é muito mais uma proposição genética que precisa ser refletida ativamente como ação do eu. Isso pressupõe a coincidência de “fazer” (do pensar como agir) e “dizer”. Na medida em que se reflete sobre essa concordância entre fazer e dizer, evita-se enveredar por autocontradições performativas, como ocorre não só com o pensador dogmático, mas também com Kant⁷.

Portanto, a ontologia de Fichte – insisto – deve ser designada como performativa não apenas porque o princípio da realidade possui caráter ativo, mas também porque sua fundamentação epistemológica é ela mesma reflexiva, ativa e performativa.

Em relação a isso, Thomas-Fogiel (2006) tem razão quando afirma:

[...] o primeiro princípio (da *Grundlage*) “Eu = Eu” (pode) ser considerado como uma manifestação performativa, na medida em que Fichte repetidamente enfatizou que o primeiro princípio não é um fato de consciência. Não se volta a falar do Eu como uma substância, uma realidade ou uma essência que precederia minha ação. O Eu é uma ação (*Tathandlung*) que é executada, não um fato que eu sou (THOMAS-FOGIEL, 2006).

Na *Doutrina da ciência nova methodo*, essa performatividade do princípio se torna ainda mais clara quando Fichte revisa de modo operacional toda a apresentação da doutrina da ciência, e o pensamento filosófico é comunicado não como fato já construído. Ela é apresentada antes como tarefa, para a qual se é desafiado.

A “consonância” performativa “entre fazer e dizer” permanece em todo caso como o princípio epistemológico transcendental da doutrina da ciência. No começo da *Doutrina da Ciência* de 1813 (FICHTE, 1971), pode-se ler, por exemplo, o seguinte:

A doutrina da ciência não pode ser exposta a alguém em uma mera imagem; mas é preciso sê-la em si mesmo, e vivê-la [...]. Pode ser que a doutrina da ciência explique a si mesma, aprenda e deduz; mas essa

⁷ Cf. Bertinetto (2009b, p. 145-164) e a respectiva bibliografia ali citada.

consciência objetiva de si só existe dentro dela mesma, e só se chega a essa imagem precisamente quando se a vive e vivencia (FICHTE, 1971, X, p. 5-6).

Ontologia como performance transcendental

Assim, é necessário *viver* a doutrina da ciência para compreendê-la. Ou seja: a doutrina da ciência é performativa porque não é uma série de descrições de fato, mas a execução genética de ações (de pensamento). O saber transcendental — refiro-me desta vez a Ivaldo (1998) — é consumação, e na verdade consumação *ontológica*, ato autocompreensivo, que leva o ser ao fenômeno.

Mas poderia surgir daí a seguinte questão (um tanto ingênua): esse tipo de performatividade tem a ver com a ontologia, com a metafísica ou antes com a epistemologia transcendental? A resposta não é muito difícil. Na filosofia transcendental de Fichte, a ontologia precisa ser coerente com a epistemologia. De outro modo, também a doutrina da ciência se envolveria exatamente na contradição autoperformativa que a filosofia transcendental precisa evitar. Assim, é fundado o caráter ativo ou genético do princípio, bem como o aspecto contraditório do conceito de coisa-em-si, na medida em que a mesma reflexão transcendental da doutrina da ciência é fundada de modo performativo.

O princípio ontológico ou metafísico da realidade no assim chamado 'primeiro' Fichte é o Eu absoluto como ato (*Tathandlung*) genético, performance genética, conforme já dito. Mas que a *ontologia* de Fichte mereça, por boas razões, a qualificação especial de “performativa”, justifica-se talvez a partir de um olhar para os chamados “segundo” e “terceiro” Fichte. O que é agora designado como performance é o ser, o absoluto, a vida — entendida, como “esse in mero actu” — “de modo que tanto ser e vida, quanto vida e ser se interpenetram inteiramente”, (cf. FICHTE, 1971, X, p. 206), ou seja, como gênese, energia (IVALDO, 1998, p. 44). E o Eu é agora entendido como imagem da vida.

Ser como vida

Como sabido, Fichte afirma na *Doutrina da Ciência* de 1812: “Só um é, e fora do ser nada é” (FICHTE, 1971). Mas esse ser não é uma substância que possui o atributo do ato (cf. IVALDO, 1998, p. 55). A substância é determinada precisamente como “ser sem vida” ou objetividade (FICHTE, 1971, X, p. 147). O ser que é descrito de modo objetivado. O ser autêntico é antes *actu essendi*. Por isso, Fichte prefere denominá-lo com outro termo, por meio de uma outra imagem que expressa melhor sua performatividade. Ser é vida. E vida, não entendida como *vita*, mas como *vivere*. O ser vive.

A frase da *Doutrina da Ciência* de 1804/II é talvez conhecida de todos nós: “O ser é um *singulum* de vida e ser inteiramente fechado em si que nunca pode sair de si” (WL 1812/II, in Fichte, 1971, p. 212).

O Fichte tardio (tanto nas apresentações da doutrina da ciência como em outras lições e no *Diarium* de 1813) retornará repetidamente ao conceito de “vida” ou de “vida absoluta” para designar um princípio ontológico. Uma das grandes dificuldades da filosofia de Fichte, mas também seu estupendo ganho teórico, é precisamente a compreensão da vida como o princípio absoluto do saber de si — como tal, reflexionante — da doutrina da ciência, o qual se compreende como fenômeno ou imagem da vida quando a reflexão da doutrina da ciência se depõe ou se “aniquila”. Só é possível compreender adequadamente o jogo entre transcendência e imanência do princípio em relação ao fenômeno quando não se descreve o princípio como objeto da reflexão, mas quando se pensa a reflexão (e o Eu como *agente*) inversamente como principiado (*Prinzipiat*^{8*}), ao deixar transparecer *in actu* a própria liberdade genética do refletir como execução viva (i.e., como vida) através do próprio exercício da liberdade.

⁸ *Prinzipiat* designa o âmbito de validade de princípio(s) (*Prinzip*), o domínio a partir do qual são derivados princípios ou, ainda, o domínio ao qual princípios já se encontram aplicados e vigem. Assim, manteve-se *principiado*, apesar do particípio corrente em português com sentido de *iniciado*, para, em sua função de substantivo, indicar, na passagem, o sentido que o autor atribui à reflexão enquanto a esfera em que já vige um princípio, à qual já se encontra aplicado um princípio (N. do T.).

Conclusão: ontologia performativa e epistemologia transcendental

A crítica ao mito do dado atua também em relação ao Eu como princípio da filosofia (para mencionar o livro publicado por Schelling, em 1795). A filosofia transcendental, do mesmo modo como a vida enquanto princípio metafísico da realidade, é consumação genética, a qual deve ser justamente consumada, e não descrita, para obter êxito. Desse modo, tornar-se evidente que epistemologia e ontologia (e metafísica) — naturalmente não como doutrina das coisas, mas como ontologia performativa do *esse in mero actu* — são idênticas em nível transcendental. O fundamento do saber é o mesmo da realidade: performance absoluta, consumação genética, *Tathandlung*, 'singulum de vida e ser'. A descrição das coisas, ou seja, a listagem das coisas que povoam o mundo, é ontologia no mau sentido de doutrina das coisas. Esse trabalho não tem significado filosófico porque se ocupa apenas com o *a posteriori*.

Caso queiramos tentar voltar à questão colocada no início desta apresentação, oferece-se a seguinte resposta: a ontologia transcendental performativa de Fichte pode ser compreendida como uma crítica *ante litteram* da ideia de uma ontologia descritiva como introdução à metafísica. A aceitação de uma ontologia descritiva como fundação da filosofia é despropositada, pois ela impede e impossibilita já desde o início a reflexão filosófico-transcendental e metafísica por meio de prejulgamentos dogmáticos da consciência empírica. A questão de fundamentação tem prioridade, e a fundamentação (do saber e da realidade) é autorreflexiva e performativa, no sentido acima exposto.

Tradução: Wagner Quevedo.

Referências

BERTINETTO, A. *L'essenza dell'empiria*. Napoli: Loffredo, 2001.

BERTINETTO, A. Logik, Metaphysik, Wissenschaftslehre: die Institutiones omnis philosophiae J.G. Fichtes, *Fichte-Studien*, n. 34, p. 343-357, 2009a.

BERTINETTO, A. "Wäre ihm dies klar geworden, so wäre seine Ktk. W.L. geworden": Fichtes Auseinandersetzung mit Kant in den Vorlesungen über Transzendente Logik. *Fichte-Studien*, n. 33, p. 145-164, 2009b,

BERTINETTO, A. *La forza dell'immagine*. Udine: Mimesis, 2010.

BERTINETTO, A. Bild. Fichte und der «Iconic Turn». *Fichte-Studien* n. 36, p. 269-284, 2012.

BERTINETTO, A. The role of image in Fichte's transcendental logic. In: LEGEUNE, G. *La question de la logique dans l'idéalisme allemand*. Hildesheim: Olms, 2013. p. 95-108.

FICHTE, J.G. *Gesamtausgabe der Bayerischen Akademie der Wissenschaften*. Ed. LAUTH R. et al. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann Holzboog, 1962ss.

FICHTE, J.G.. *Sämtliche Werke*. Ed. por FICHTE, I. H. Berlin: De Gruyter, 1971.

FURLANI, S. Fichte e il divenire, *Rivista di Storia della Filosofia*, n. 4, 2014, p. 649-665.

GAIO, S. et al. Un'introduzione all'ontologia DOLCE. *AIDA informazioni*, Anno 28 gennaio-giugno, n. 1-2, 2010.

LAUTH, R.. *Die transzendente Naturlehre Fichtes nach den prinzipien der Wissenschaftslehre*. Hamburg: Meiner, 1984.

IVALDO, M. La visione dell'essere nella Dottrina della scienza 1804-II di Fichte, *Acta Philosophica*, n. 7, p. 41-74, 1998

IVALDO, M. La costituzione dell'immagine e l'assoluto nel tardo Fichte, *Rivista di Storia della Filosofia*. n.4, p. 666-684, 2014.

POLL, R. Descriptive, Formal and Formalized Ontologies. In: FISETTE, *Husserl's Logical Investigations Reconsidered*. Contributions to Phenomenology. vol. 48, p. 183-210, 2003.

SELLARS, W. *Science, Perception and Reality*. Atascadero, CA: Ridgeview Publishing Co., 1991.

STRAWSON, P.F. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: Methuen, 1959.

Recebido: 16/09/2015

Receveid: 09/16/2015

Aprovado: 06/11/2015

Approved: 11/06/2015

